

HOMENAGEM A CARMEN CINIRA

Este número está dedicado à memória da Professora Carmen Cinira de Macedo que por quase dez anos compartilhou conosco as alegrias e dificuldades de uma vida consagrada à pesquisa, à formação de alunos e à reflexão. Ao invés de retomarmos aqui sua trajetória e preocupações teóricas, preferimos publicar uma de suas últimas palestras, na qual ela relata o percurso de suas investigações e as inquietações que as moviam. Veremos que seus trabalhos procuravam avaliar os movimentos sociais, em particular as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), buscando aquilatar se eles teriam sido (ou não) capazes de criar novos atores sociais orientados pelas noções de comunidade e fraternidade. Suas pesquisas fizeram compreender a capacidade pedagógica desses movimentos – voltados para a construção de novos valores e sobretudo de uma visão globalizante do mundo –; no entanto, por ter acompanhado de perto a vida cotidiana das classes populares na periferia de São Paulo, Carmen foi capaz de reconhecer que o modelo comunitário que os orientava não levava, necessariamente, a formas de conduta norteadas pela igualdade e pelo espírito comunitário. Essas são as idéias que orientam o relato que aqui apresentamos.

Apesar de algumas alterações que deram melhor clareza à exposição, o texto que se segue é a transcrição de uma fala livre e coloquial. Optamos por manter intacto seu tom informal para que pudéssemos guardar a memória de uma inteligência viva em processo.

Paula Montero
Editora Responsável

Igualdade e hierarquia*

Carmen Cinira Macedo

Debater com sociólogos e cientistas políticos é condição de sobrevivência para o tipo de reflexão que fazemos. Partirei aqui do pressuposto de que todos sabemos o que os antropólogos fazem e o modo como lidam com a questão da cultura.

Como antropóloga, tenho me interessado em tentar compreender o universo de vivência das classes trabalhadoras urbanas, especificamente no lugar onde elas moram. Conseqüentemente, me preocupo em entender o que significa viver na periferia, que é simultaneamente viver na periferia da sociedade e da cidade.

Preocupada com esse tema, tento compreender como as pessoas constroem o mundo no qual vivem, ou seja, que tipo de imagem de mundo as chamadas classes populares são capazes de construir e como elas se localizam nesse mundo: é um mundo construído por elas a partir dos instrumentos simbólicos que têm à sua disposição.

Com essa preocupação, estudei, na década de 70, as famílias operárias do ABCDM (M de Mauá) e descobri algumas coisas – que na época me pareceram muito interessantes – a respeito do que estava acontecendo com a condição operária naquela região.

Na década de 80, numa espécie de desdobramento do meu trabalho, comecei a estudar uma forma muito particular de mobilização popular na periferia, que então estava ganhando um sentido político cada vez mais forte: as chamadas Comunidades Eclesiais de Base.

Minha idéia não era exatamente estudar a Igreja Católica, mas tentar verificar como certas propostas suas repercutiam, por assim dizer, na dinâmica social. Estava interessada em analisar a mobilização popular num bairro específico, e

* Palestra da Professora Carmen Cinira Macedo, do Departamento de Antropologia, apresentada no Colóquio de Teoria Política, promovido pelo Departamento de Ciência Política, FFLCH/USP, em 17.09.90.

tentei, portanto, privilegiar a dinâmica do bairro, e não fazer um estudo que correspondia a vários bairros e regiões, como havia feito em trabalho anterior.

Atualmente, continuo navegando na periferia, procurando verificar agora como as pessoas recortam sua existência a partir de certas representações em torno da questão da sexualidade. Tenho privilegiado duas pesquisas, uma delas em que me dedico ao estudo da relação entre sexualidade e religião, especificamente o catolicismo, e outra onde procuro compreender como e em que termos se dá o impacto cultural da AIDS na periferia. Acredito que, em termos de minha experiência de trabalho, é possível levantar questões, que aliás eu mesma me coloco, que partam do reconhecimento da existência de certos elementos novos no processo sócio-cultural em curso.

Gostaria pois de levantar alguns tópicos que me parecem interessantes para essa discussão. Obviamente não poderei falar de todas as coisas que desejaria.

Uma das principais contribuições que a participação das classes populares nos movimentos sociais, em particular naqueles ligados à Igreja (no caso das CEBs), tem trazido para aumentar seu universo de representações é o desenvolvimento de uma auto-representação, ou auto-imagem, delas enquanto seres humanos com direitos. Num primeiro momento, a obviedade dessa representação choca o observador. Parece um pouco risível que somente agora, na década de 80, no final do século, as pessoas estejam descobrindo que são seres humanos com direitos. O mais chocante é o fato de que o reconhecimento de sua humanidade ocorre primeiro, e somente depois se dá o auto-reconhecimento de que são portadores de direitos: assim, a grande descoberta é sua identidade enquanto ser humano.

É óbvio que isso tem algo a ver com o que poderíamos chamar de "a grande tradição cultural brasileira", onde o principal recorte é de que somos cidadãos de segunda classe. Essa população percebe sua condição como um exercício de cidadania de segunda classe, vendo-se como um tipo diferente de gente. É óbvio que esta maneira de se auto-representar está relacionada – e a Ciência Política sabe disso melhor do que eu – com uma tradição de mandonismo, de coronelismo, de autoritarismo. Assim, o grande "chão cultural" que todos estamos acostumados a pisar é o "chão" que denominarei simplesmente do autoritarismo.

Roberto DaMatta conseguiu expressar brilhantemente um dos elementos-chave deste dito "chão": aquela famosa estória do *"você sabe com quem está falando?"*. Em sua análise, ele realiza uma contraposição à tradição cultural americana, onde, em vez do *"você sabe com quem está falando?"* se usa corriqueiramente o *"Who do you think you are?"*, que é exatamente o inverso enquanto postura, enquanto atitude. O interessante no trabalho de DaMatta é que, ao tratar dessa estória, ele mostra que, na verdade, todos os grupos sociais utilizam a expressão. Assim, embora seja indício do mandonismo e do autoritarismo

das elites, é algo que perpassa todas as redes de relações que se instauram na nossa sociedade e que, obviamente, têm a ver com uma tradição que deita raízes na escravidão ou, melhor dizendo, no escravismo.

Assim, se fazer antropologia é descobrir a dimensão simbólica inerente a todas as práticas sociais, seria necessário analisar também os mecanismos estritamente psicossociais, já que o escravismo deixou sua marca nas nossas relações sociais, desenvolvendo o que poderíamos chamar, em termos weberianos, de ressentimento das massas. Há, pois, um modelo das elites, por mim chamado de modelo autoritário, que é aprendido e apreendido pela população de uma maneira geral. Esse modelo funciona como uma espécie de marca fundamental da nossa tradição cultural. Partindo do pressuposto de que é assim que as coisas efetivamente acontecem, a experiência sistemática do trabalho de campo poderia trazer elementos comprovadores de como funcionam esses mecanismos psicossociais.

Nessa perspectiva, a cidadania passa a ser, de fato, não só uma questão de constituição de novos atores políticos que irão atuar de maneira diferente na cena estritamente política. Na verdade, a constituição de novos atores políticos ganha um sentido mais abrangente: trata-se não apenas de dar acesso à cidadania, mas de equacionar novas práticas sociais, novos modelos de conduta e, portanto, um novo universo de valores propriamente ditos.

Quando os novos atores sociais afirmam que a grande vantagem de ter participado dos movimentos é a sua própria percepção enquanto seres humanos com direitos, devemos nos perguntar o que isso significa.

Deveríamos retomar essa idéia de "ser humano com direitos" e analisá-la como uma representação, como um valor cultural, uma categoria cultural. Para o movimento social, e eu estou falando especificamente de CEBs, o legítimo é a idéia de união de resistência, de vida nova num mundo novo. Já o saber falar, a igualdade política, isso vale apenas para advogados e sociólogos. Na sua visão, igualdade política é algo diferente de uma igualdade substantiva do ser humano. Os direitos são coisas legítimas; o ilegítimo é a pobreza, a ignorância e a dominação. É fantástico observar como, através da participação nos movimentos sociais, as pessoas descobrem fascinadas a existência dos direitos sociais e imediatamente incorporam essa idéia nas suas atitudes, reconhecendo a pobreza, a dominação e a ignorância como ilegítimas.

O que significa essa descoberta, se estamos no final do século e essas idéias deveriam estar assentadas há mais de um século, já que são a base de nossa república? Elas são, no entanto, cotidianamente, redescobertas pela prática social. Isso significa que, para essa população, pobreza, ignorância e dominação ainda são freqüentemente equacionadas como naturais e legítimas a nível da sua vivência cotidiana. Na verdade, a tradição do mandonismo, do autoritarismo, e as estratégias de dominação significam uma sonegação sistemática de nossa história.

Nosso processo histórico representou um movimento, um esforço sistemático no sentido de bloquear o acesso à história. Assim, quando as pessoas são levadas a pensar a história, ou se pensarem na história, o fazem a partir dos instrumentos cognitivos aos quais puderam ter acesso, sem conceber para si instrumentos alternativos. Antropólogos, lideranças, padres são agentes que acabam tendo como papel fornecer a esses atores sistemas explicativos de sua condição.

Lembro-me especificamente de uma senhora, dona Maria, que entrevistei em 1972, 1973. Ela morava em São Caetano do Sul. Lembro-me quase cinematograficamente da cena. Estava na casa dela, após três horas de entrevista. Já havia estado lá várias vezes, e era amiga da família. Queria concluir a entrevista e, sem perceber, desejava que ela dissesse, afinal de contas, que era dominada. Confesso meu desejo de que isso acontecesse. E então fiz aquilo que nenhum pesquisador deve fazer: brigar com o entrevistado e obrigá-lo a dizer o que desejamos ouvir. No meu desejo de ouvir como ela explicava o que lhe sucedia, perguntei:

"Mas então, dona Maria, o que a senhora acha, por que acredita que isso tudo acontece?" Ela havia me contado que era uma pessoa "nos conformes": trabalhara a vida inteira, sua família era toda "direitinha", o marido, os filhos. Ainda assim continuava pobre, a situação "tava preta". Ela me respondeu da seguinte maneira:

"Olha, não sei o que é que está errado, o que eu sei é que eu trabalho, trabalho, a minha família sempre trabalhou, a gente sempre fez tudo direito, então a gente devia estar melhor de vida, porque é assim que a gente aprende, que quando as pessoas se esforçam elas melhoram de vida. Eu não sei o que está errado, mas a estas alturas, como eu sempre fiz tudo certo, tenho certeza de que alguma coisa está errada em algum lugar."

E emendava:

"A senhora, que é professora, talvez possa me explicar."

Dona Maria expressava o desejo de que alguém explicasse o que estava errado, onde ela havia errado.

Padres e seminaristas, a Igreja em geral, analisam as classes populares no interior de seu projeto de organização das bases. Segundo sua visão, as bases se organizam por elas mesmas, a partir delas próprias. No entanto, existe um projeto institucional para que as bases se organizem, o que, aliás, já foi muito discutido, e não preciso pois voltar a repeti-lo. O que ficou evidente nos estudos que fiz é que o modelo da chamada "comunidade", nos termos da teologia de libertação, é uma recuperação daquela comunidade original do cristianismo, do amor, da irmandade: todos estamos irmanados, vamos transformar o mundo, o reino é na Terra. A história é, assim, nesse sentido, uma história de salvação.

Trata-se, portanto, de um processo de reelaboração de formas de consciência a partir de uma reflexão sobre os interesses imediatos das pessoas, a nível da

sua vivência cotidiana, do bairro, da família, do processo de trabalho, mas não no local do trabalho. Não é por acaso que a Igreja trabalha a vivência cotidiana nos locais de moradia.

As CEBs se desenvolvem a partir dos anos 60, sob a ditadura, e nesse momento é muito complicado mobilizar a mulher. Mobilizá-la para que participe de um espaço sagrado fora da fábrica é, ao mesmo tempo, legítimo como proposta e politicamente viável. Foi, pois, um projeto eclesial que funcionou e teve um peso histórico ainda hoje pouco avaliado.

Ora, esse lugar, esse espaço social novo que é a comunidade, está sendo inventado; inventado pela recuperação do passado, modelo apresentado como real, mas que, na verdade, é uma construção simbólica. Esse processo de construção da noção e da experiência de comunidade implicou a aprendizagem de novos padrões de relacionamento. Quando se conversa com a nova hierarquia da Igreja — os padres, seminaristas ou leigos que se consideram elite intelectual local —, o que mais se comenta é a dificuldade de realizar "essa caminhada". Porque os padrões do autoritarismo, da dominação, da exploração, da resistência aparecem no cotidiano, dentro da comunidade. Os conflitos são inúmeros, entre as mulheres, entre os leigos que se consideram intelectualmente superiores e as pessoas por eles consideradas inferiores e que devem ser esclarecidas.

Se as pessoas resistem e não querem "ser esclarecidas", criticando a forma como a aula foi dada ou o modo como a reunião foi encaminhada, os leigos mais eruditos dizem:

"Mas vocês são alienados, estão resistindo ou são de direita."

Os outros respondem:

"Você tá querendo impor a sua idéia, então é tão dominador quanto o patrão."

Há um jogo constante em que essa idéia de dominação é usada de todos os modos possíveis. Além disso, além dos conflitos entre os leigos, ocorre o conflito entre a hierarquia e os leigos, e da hierarquia entre si. Como se pode ver, a questão da Igreja é bastante complicada.

Uma das coisas que me chamou a atenção, logo que comecei minha pesquisa no Morro Grande com uma CEB, foi a enorme disputa existente naquele momento quanto a quem ficaria com a chave da igreja! A posse da chave implicava o controle da igreja, ou seja, decidir a que horas ela seria aberta, a que horas fecharia e quem teria acesso a ela. Descobri que as brigas pela chave eram expressão da disputa pelo poder no interior do grupo, e que as duas mulheres que lideravam a comunidade obviamente tinham seus aliados. O mais interessante eram os valores pelos quais essas disputas se expressavam. De um lado, acusava-se dona Maria de beata: "Ah, mas a dona Maria é uma beata!", com toda aquela conotação de uma pessoa que faz parte do circuito alienado da Igreja; e, do outro

lado, acusava-se a líder do outro grupo de burguesa, embora ela fosse uma mulher de origem operária, casada com operário e pertencente a uma tradição operária. No entanto, era considerada burguesa porque tinha uma casa, alguns quatinhos que alugava, automóvel e um filho que estudava engenharia. Na sua argumentação, ela discordou inteiramente do qualificativo que lhe foi atribuído.

"Bom, eu falei... até que tá dentro do modelo da burguesa. Eu sou burguesa, mas ascendi pelo meu trabalho. E depois, aqui no bairro, dizer que eu sou rica é ridículo. A senhora já viu como é que vivem os donos das empresas?"

Ao mesmo tempo, ficava uma fera quando lhe diziam isso diretamente. Assim, dependendo da situação, usava o termo como expressão de seu poder e status, indicando que havia vencido, enquanto os outros eram vagabundos.

Para minha própria surpresa, dona Maria, que sempre chamava sua rival de burguesa, possuía mais quartos alugados do que ela, mas não fazia tanta publicidade disso. Vemos, portanto, que existe um jogo de constantes disputas, em que o processo de constituição de um outro espaço de relacionamento social não acontece de imediato. No entanto, apesar da complexidade dos conflitos, há um certo consenso em torno da idéia de que pobreza, dominação e ignorância são ilegítimas. Usando uma metáfora, poderíamos dizer que essa idéia é uma espécie de farol. Quando as pessoas se dão conta disso, começam a procurar compreender o que está acontecendo em suas vidas, a partir de uma concepção de ilegitimidade que, do meu ponto de vista, passa pela conhecida crença no sucesso pelo trabalho, quintessência da dinâmica do capitalismo.

A ideologia do sucesso pelo trabalho vai sendo contestada na medida em que o sistema não cria, objetivamente, as condições para que essa situação se realize da forma ou no nível do padrão de consumo que os trabalhadores vão definindo como sua necessidade. Simultaneamente, ao participarem do movimento, descobrem que as coisas não precisam ser "naturalmente assim", que algo está errado com esse sistema. No movimento social, vão aprendendo onde estão os possíveis erros. No entanto, ao contrário do que talvez a hierarquia da Igreja espere, não se abre mão do modelo anterior e uma certa representação é mantida, agora um pouco mediada pelo sucesso pelo trabalho.

O que parece marcar constantemente as representações dessa população é uma ambigüidade. Há uma valorização da proposta da Igreja, pois foi através dela que se descobriu a ilegitimidade das práticas tradicionais da sociedade, que coloca as pessoas numa posição de inferioridade. Ao mesmo tempo e dependendo das circunstâncias, todos estão razoavelmente dispostos, se isso os beneficia ou beneficia a própria luta, a usar outras regras, embora não o assumam necessariamente em público (alguns até o fazem).

Nesse sentido, a proposta da Igreja é valorizada por fornecer uma visão integrada globalizante do mundo. As idéias de união, de resistência, de vida nova,

numa certa medida, já existiam. As famílias operárias que entrevistei na década de 70 já traziam esse discurso. O que não eram capazes de fazer – e isso ficava evidente quando dona Maria dizia "eu não sei o que está errado" – era juntar isso numa visão histórica. O que se valoriza nas CEBs, o que se valoriza na Igreja, portanto, é a oportunidade de entender globalmente, de forma coerente, o mundo no qual se está inserido. No entanto, a proposta eclesial não é incorporada em detrimento de outras versões possíveis; as pessoas lidam com ela como mais um universo, mais um recurso do qual é possível lançar mão quando necessário.

Nessa medida, é possível perceber que a população, na verdade, demanda apenas a mediação da CEB. Ao mesmo tempo, mantêm a ideologia do sucesso pelo trabalho como utopia que desejam ver realizada, pensando a comunidade apenas como uma etapa a partir da qual cada um de seus membros poderá "chegar lá". O modelo explicativo fornecido pela Igreja é, portanto, resignado.

Se, por um lado, ele é valorizado por ser capaz de unir pedaços dispersos e fragmentados de sua visão anterior, de outro, essa explicação entra como mais um elemento na construção de novas categorias e num esforço, simultaneamente, de transformar o mundo via comunidade e transformar suas condições no mundo da comunidade.

Era muito comum ouvir-se o seguinte:

"Olha, eu estou estimulando meu filho para ir no movimento dos jovens. Ele não tá querendo muito, ele disse que é chato, ele prefere outras coisas, mas a senhora não percebe? quer dizer, se ele vai lá, ele vai aprender a falar, ele vai ficar conhecido no bairro, quem sabe mais para frente ele não vira deputado."

Por outro lado, a vida na comunidade é permeada de conflitos. Já no final de minha pesquisa, o filho engenheiro de uma senhora líder do local se ofereceu, pressionado pela mãe, a construir a nova casa do padre, que era novo no local. A nova casa foi construída, mas dando margem à eclosão de uma enorme disputa. Durante a construção, caiu uma das paredes. O acidente acirrou as divisões já existentes. Na discussão sobre quem era o responsável pelo fato, o lado de dona Julinha, mãe do engenheiro, dizia que o culpado era o pedreiro ignorante e, além disso, amigo da dona Maria. Esta, por sua vez, dizia que a casa tinha caído "porque aquele filho da Julinha só podia fazer coisa que cai".

Mas, independente disso, em determinadas situações as mulheres podiam ser absolutamente aliadas e firmes. Não admitiam que se falasse mal da comunidade, do bairro.

O que estou dizendo aqui não é, evidentemente, nenhuma novidade.

Evans Pritchard já discutiu amplamente o princípio de oposição segmentar entre os *nuer*. Com efeito, as pessoas não são nem boas, nem más, nem bonitas, nem feias; as coisas não são nem certas, nem erradas, nem legítimas, nem ilegítimas em si mesmas. Tudo depende do jogo de interesses que se configura a cada momento. Eu ousaria até dizer que essa questão da igualdade e da diferença não

pode ser definida *a priori*. A tentativa de definir *a priori* em termos gerais e universais é um desvio profissional implícito em nossos procedimentos científicos.

A maioria da população pensa nos moldes do chamado "pensamento selvagem". As noções de igualdade e desigualdade, de legítimo e ilegítimo vão sendo, no curso da vida cotidiana, sistematicamente retrabalhadas e, do meu ponto de vista, o que importa é procurarmos descobrir que tipos de articulações significativas vão sendo realizadas concretamente. Se, de repente, a idéia de que as mulheres são diferentes funciona numa situação, ela será usada de determinada maneira; em outra situação, será preciso rever a significação anterior.

Em suma, os mecanismos da significação no caso estudado são os seguintes: valoriza-se seriamente a descoberta de que todos somos seres humanos dotados de direitos; em consequência, participa-se da luta por eles. Mas, ao mesmo tempo, mantém-se viva a idéia de que todo rico é pobre e de que todo pobre é rico, no sentido de que, por pouco que seja o que possuo, foi conseguido com meu próprio esforço. É por isso que aquele outro que convive comigo na comunidade não é tão igual a mim, seja porque ainda não começou seu processo de conhecimento, seja porque, enquanto fiquei me matando para lavar roupa, a outra ficou "sassaricando", sem fazer nada. Assim, a desigualdade de conhecimento e de esforço torna absolutamente legítima a desigualdade de bens.

Esse tipo de reconhecimento, essa idéia de que o princípio de oposição segmentar opera também entre nós, e não apenas entre os *nuer*, pode fornecer pistas interessantes, não só para nós, antropólogos, mas também para sociólogos ou cientistas políticos. Talvez isso nos permita compreender contradições até hoje mal explicadas, como o fato de, na periferia, as pessoas estarem votando em Maluf. Talvez o que elas estejam buscando seja uma mistura de modernidade com moralidade: há, com efeito, uma demanda popular por modernização e moralização.

Um exemplo dessa contradição foram as eleições para o Governo do estado. Naquele momento, no bairro, todos sabiam que o PT iria ganhar. Era uma efervescência fantástica. No entanto, terminada a eleição, o PT não ganhou.

Logo em seguida saiu uma pesquisa, creio que realizada pelo CEBRAP, que apresentava os dados eleitorais por regiões de São Paulo. Ficou evidente que a região da Vila Brasilândia não havia votado integralmente no PT.

O fato resultou em brigas. Uns acusavam os outros de traição. Os conflitos surgiam até mesmo dentro das famílias. Era época do slogan "brasileiro igualzinho a você".

Um dos argumentos que se ouvia para justificar o não-voto petista era o seguinte:

"Naquele momento, se eu ousasse dizer, se eu ousasse pensar que ia votar no PMDB, eu ia ser trucidado aqui dentro. Aí, o que eu fiz: na hora de votar, quero ver quem é que decide as coisas."

Ao ser confessada publicamente, essa atitude fazia surgir novas brigas:

"Não adianta, porque vocês também estão querendo mandar em mim. Mandar por mandar, eu não quero que ninguém mande em mim; quero eu mandar em mim."

Esse desencontro tornou clara a necessidade de a própria comunidade repensar o que estava fazendo. Isso passava pela família, pelas disputas com o padre, pelas relações dentro da comunidade e pelas relações das CEBs com o próprio bairro, o que significa, do meu ponto de vista, o velho princípio da oposição segmentar funcionando novamente.

Para finalizar, ousaria sugerir que tentássemos pensar no tipo de demanda existente na periferia. Por exemplo, quando se fala em AIDS e em política de prevenção da AIDS, há na periferia uma demanda por competência e seriedade. A população já descobriu, como disse anteriormente, que são seres humanos dotados de direitos. Mas, ao mesmo tempo, conservou a idéia de que nem todos são iguais, já que alguns não querem se esforçar para conseguir melhorar. Essa desigualdade é legítima e supõe o desejo de competência e seriedade, desejo esse que se refere ao sistema amplo de poder mas também à própria comunidade. Assim, as disputas, ao incorporarem essa demanda, veiculam acusações recíprocas de falta de competência e seriedade.

Muito obrigada.